

Sarney admite mudar lei eleitoral

O presidente nacional do PDS, senador José Sarney, reclamou ontem, em Brasília, alterações na lei para a eventual realização das eleições municipais marcadas para 15 de novembro, alegando que, se a legislação não for atualizada, o pleito não será legítimo, "porque o PTB e o PT, que não conquistaram o mínimo de 10% de adesões da Câmara e do Senado, não poderiam participar da disputa". Para ele, o fato de os partidos não terem ainda existência definitiva exige, "sem dúvida, ajustamento da legislação em vigor à realidade pluripartidária do País. Trata-se, no entanto, de assunto afeto à Justiça Eleitoral, que, de certa, há de encontrar o caminho viável para o efeito".

Para o senador, "há dois aspectos a examinar: o primeiro é de ordem legal, que é o processo das eleições, e o outro, que é de natureza política, diz respeito à própria eleição. O primeiro, evidentemente, está encontrando obstáculos em face dos prazos estabelecidos na legislação. Quanto ao segundo, o Congresso vai ter de tomar, em período bem rápido, decisão a respeito. A questão é aberta para o PDS, uma vez que se trata de problema de natureza partidária, embora comum a todos os partidos e do interesse da Nação".

O presidente do PDS chegou mesmo a admitir que se podia "chegar a um acordo de compatibilização dos prazos às exigências da lei. Trata-se, porém, de assunto que está afeto ao coordenador político do governo, que é o ministro da Justiça". E lembrou que "outro problema que tem de ser resolvido é o fato de dois

partidos, o PTB e o PT, não tendo obtido a adesão de 10% dos membros do Congresso, não poderem entrar imediatamente em funcionamento e assim, ficarem impossibilitados de concorrer ao pleito. Sem sua participação na próxima disputa, o processo político seria deformado, tornando-se as eleições ilegítimas".

Ele recusou, porém, a hipótese da nomeação dos prefeitos pelos governadores, após o vencimento dos mandatos atuais: "É hipótese que não nos convém nem desejamos que ocorra, embora esteja prevista na legislação".

ULYSES

Por sua vez, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, denunciou que o manifesto desinteresse do Palácio do Planalto em confirmar as eleições municipais ou em apoiar a ampliação dos mandatos dos prefeitos e vereadores eleitos este ano, de dois para quatro anos, deixa claro seu objetivo de abrir caminho à adoção do voto distrital em 82. Para Ulysses, o propósito do governo "é municipalizar as eleições gerais e a campanha eleitoral de 1982". Realizando-se o pleito este ano para eleger prefeitos e vereadores por dois anos, ou prorrogando-se os mandatos atuais, haverá, de qualquer forma, a coincidência das eleições gerais e municipais em 82, observou o presidente do PMDB, prevendo "prejuízos para a campanha e mais um desserviço à democracia".

Na opinião de Ulysses, a solução mais democrática seria o entendimento entre os cinco partidos em organização "com a intenção sincera de assegurar a realização das

16 ABR 1980

eleições este ano e ampliar de dois para quatro anos os mandatos dos que serão eleitos". "A tese da coincidência de mandatos, a partir de 82, demonstra a falta de sinceridade dos que estão no poder. Eles querem é municipalizar a campanha e as eleições de 1982, o que revela que a adoção do voto distrital está nos planos do governo. Quem não sabe que numa eleição de prefeitos e vereadores, com deputados e senadores, as lideranças municipais é que acabam dominando a campanha, dando as diretrizes aos pronunciamentos, organizando os comícios e exigindo destaque aos problemas locais?" — comentou.

O deputado Ulysses Guimarães, embora defendendo um entendimento "franco e sincero" de todos os partidos em torno da realização do pleito municipal, evitou responder se, na qualidade de presidente do PMDB, tomaria a iniciativa de promover o encontro com líderes e dirigentes do PDS, até mesmo com o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel: "Vamos fazer antes um levantamento de todo esse cipoal que é a legislação eleitoral e procurar a melhor fórmula capaz de dar cumprimento ao dispositivo constitucional que determina a realização de eleições de prefeitos e vereadores este ano". E anunciou que vem examinando os textos legais com "especialista no assunto, em São Paulo", conforme sugestão do senador José Richa (PMDB-PR).

Ele admite, inclusive, adiar o pleito por um ou dois meses, desde que, no entanto, isso não implique a prorrogação dos mandatos.

ESTADO DE SÃO PAULO